# CLIPPING

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS




LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

**DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO**
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O POPULAR (04/12)

# Falta de assinaturas barra avanço de PEC da Educação

**DE NOVO** Emenda do líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB), continha apenas três assinaturas, quando se exige no mínimo 14; tramitação foi interrompida após Cláudio Meirelles (PTC) apontar irregularidade

**Marcos Nunes Carreiro**
marcos.carreiro@opopular.com.br

De interesse do governo, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que mexe novamente na redação constitucional que estipula a vinculação orçamentária para a Educação foi barrada por falta das assinaturas necessárias. A emenda, colocada pelo líder do governo, Bruno Peixoto (MDB), em outra PEC, continha apenas três assinaturas e o regimento interno da Casa exige o mínimo de 14. A falha foi apontada pelo 1º secretário, o deputado de oposição Cláudio Meirelles (PTC).

A matéria estava pronta para ser votada em plenário, após manobra regimental. Isso porque a matéria entrou como emenda "jabuti" em uma PEC que modifica os atos das disposições constitucionais transitórias para permitir a promoção de servidores da Educação – vedada pela emenda constitucional 54, de 2017. A PEC era dada como de autoria de Zé Carapô (DC), mas o deputado Vinícius Cirqueira (PROS) disse que, na verdade, o projeto era seu e pediu sua retirada da pauta.

Após constatação de que houve erro no cadastro de autoria da PEC emendada, os deputados da base seguraram a sessão em plenário, enquanto reuniões eram feitas para encontrar uma forma de votar a matéria ainda ontem. Participaram de uma das conversas: o presidente Lissauer Vieira (PSB), Bruno Peixoto, o secretário de Governo, Ernesto Roller, e assessores parlamentares.

Vinícius Cirqueira, que já havia ido embora, foi chamado para voltar e chegou-se ao consenso de que o pedido do deputado do PROS só poderia durar uma sessão. Dessa forma, encerrou-se a sessão ordinária para convocar uma extraordinária, o que destravou a matéria. Quando a PEC foi lida em plenário, porém, Cláudio Meirelles pediu a palavra e apontou a falta das assinaturas, o que fez o projeto ser retirado de pauta até a coleta das assinaturas necessárias.

Apresentada por Bruno Peixoto no fim de novembro, o projeto visa corrigir a redação da emenda constitucional sobre o mesmo assunto, aprovada em setembro e suspensa pela Justiça, justamente por falhas no rito processual. Em 19 de novembro, a juíza Patrícia Dias Bretas, da 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual, concedeu liminar suspendendo a emenda constitucional que inclui os 2% de vinculação constitucional da Universidade Estadual de Goiás (UEG) nos 25% da Educação.

A magistrada atendeu ação movida por Cláudio Meirelles (PTC), que questionou a tramitação da matéria. Segundo ele, o líder do Governo apresentou emenda aditiva em PEC que tratava de outro assunto – projeto de Vinícius Cirqueira sobre imposto de cartão de crédito – e fora do prazo regimental.

Um dia depois da suspensão pela Justiça, Bruno Peixoto emendou outra PEC que já tramitava na Casa alterando novamente o art. 158 da Constituição Estadual – que trata da vinculação para Educação – mas, desta vez, mudando o texto: o atual, suspenso pela Justiça, determina gasto mínimo de 25%, mas assegura 2% à UEG, o que fere a Constituição Federal.

## SEGUNDA VEZ

Esta é a segunda vez que um projeto que interessa ao Executivo tem sua tramitação prejudicada pelo mesmo erro. Em setembro, a atual emenda que estipulou a contabilidade orçamentária da vinculação para Educação já havia tido sua tramitação adiada por conter apenas oito assinaturas e não as 14 exigidas. Só passou depois que o erro foi corrigido.

Em entrevista, Bruno Peixoto negou que houve erro na contagem das assinaturas e disse que já coletou mais de 20 assinaturas e só não reapresentou a emenda para que a questão da autoria da PEC em que a emenda vai entrar fosse resolvida. "Temos o entendimento de que a apresentação de emenda com 1/3 das assinaturas (14) deve ser na PEC. Na emenda, não há necessidade, mas entendemos ser melhor reapresentar por causa do autor. Para que não haja questionamentos", relata.

Segundo ele, a PEC contará com a assinatura tanto de Vinícius Cirqueira quanto de Zé Carapô e será novamente emendada em plenário na sessão de hoje. Contudo, há questionamentos a respeito disso, visto que a emenda rejeitada ontem já havia sido apresentada em plenário e o regimento impede novas emendas em plenário.

Ao POPULAR, Cláudio Meirelles diz que, se isso for feito, vai questionar novamente. "Não pode, porque esse projeto já foi a plenário uma primeira vez, emendado e depois votado na CCJ. Nesse projeto não pode entrar." Cláudio aponta ainda a gravidade de a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) não ter percebido, de novo, que o projeto não tinha as assinaturas necessárias. "Não estão analisando os projetos", diz.



Cláudio Meirelles (PTC) comemora ao confirmar irregularidade em trâmite de PEC

## Com liminar, Lúcio Flávio não vai à CPI da Enel

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil seção Goiás (OAB-GO), Lúcio Flávio Siqueira de Paiva, que representa a Enel Distribuição, conseguiu liminar na Justiça para não comparecer à reunião marcada para hoje da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a atuação da companhia italiana no Estado. Na decisão, o desembargador Carlos Escher afirma que advogado "como testemunha, não pode ser obrigado a depor sobre fatos que envolvam sigilo profissional". A convocação de Lúcio Flávio foi solicitada pelo deputado Alysson Lima (Republicanos), durante reunião ordinária da comissão na quinta-feira (28). Naquela data, o colegiado esperava colher depoimento do diretor de Relacionamento Institucional da Empresa, José Nunes, que, também mediante liminar concedida pela Justiça, não compareceu. "A gente já declarou guerra à Enel. Ela só tem três opções: ou ela melhora, ou desativa ou ela vai embora. Ficar como está ela não vai ficar não", disse Henrique Arantes (MDB), após ficar sabendo sobre a decisão favorável a Lúcio Flávio. Segundo Henrique, o presidente da Enel Brasil, Nicola Cotugno, está convocado para o próximo encontro da comissão na semana que vem. "Está marcada, não sabemos se vai usar a mesma estratégia." Amanhã, os parlamentares vão à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para tratar da Enel.

# Tucanos querem fim de segurança para ex-governadores

**Fabiana Pulcineli**
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

Por sugestão do ex-governador Marconi Perillo, o líder do PSDB na Assembleia Legislativa, deputado Talles Barreto, apresentará hoje proposta de emenda à Constituição (PEC) para acabar com o direito de ex-governadores a seguranças bancados pelo Estado. Marconi fez uso do direito em 2007 e no ano passado, mas agora diz não ver necessidade.

Talles já conseguiu as 14 assinaturas necessárias para o protocolo da PEC que revoga o inciso XIV do artigo 5º da Constituição Estadual. O dispositivo estabelece que compete ao Estado "assegurar, pelo tempo em que tiver exercido a chefia do Poder Executivo, desde que por prazo superior a três anos, permitida a soma de mandatos, em caso de reeleição, medidas de segurança a ex-governador, a partir do término do respectivo exercício".

O inciso foi adicionado à Constituição pela Emenda número 41, de 4 de setembro de 2007, proposta pelo ex-deputado Jardel Sebba (PSDB) e teve como primeiro beneficiário justamente Marconi, que deixou o governo em abril de 2006 para ser candidato a senador.

No ano passado, ao deixar o governo para disputar o Senado novamente, em abril, Marconi chegou a contar com dois servidores, mas não renovou o pedido na gestão do governador Ronaldo Caiado (DEM). Agora, afirma que paga do próprio bolso dois seguranças que ficam em Goiás. O tucano está morando em São Paulo.

Decretos do Estado que regulamentam o dispositivo da Constituição chegaram a estabelecer até dez seguranças a ex-governadores – na época do governo Alcides Rodrigues, hoje deputado federal.

Marconi afirmou no ano passado que dez era um número excessivo, mas que não abriria mão do direito. "É claro que considero importante e vou utilizar seguranças porque mexi com a vida de muita gente, contrariei interesses de facções, determinei transferências e medidas nessa área de segurança, crime organizado. Acho justo contar com medidas de segurança", disse à época.

Em novembro do ano passado, o então deputado estadual José Nelto (Podemos) chegou a apresentar PEC com o mesmo teor, mas ela foi arquivada por não ter avançado até o fim da legislatura anterior. Nelto afirmou que faltam PMs nas ruas e o direito a equipe é "mordomia e ostentação".

Se aprovada, a PEC não atingirá o ex-governador José Eliton (PSDB), que ficou apenas nove meses à frente do governo.

DIÁRIO DA MANHÃ (04/12)

# Governador recupera R$ 71 milhões do FCO para o Estado

Graças à atuação de Caiado, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul garantiram a manutenção de recursos que seriam perdidos para o Distrito Federal

**Da Redação**

Na última reunião de 2019 realizada pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Conselho/Sudeco), em Brasília, nesta segunda-feira (02/12), o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, conseguiu recuperar R$ 71 milhões do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) para o ano de 2020. De acordo com a proposta apresentada pelo Banco do Brasil, para o exercício do ano que vem, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul perderiam 1% da verba atual cada um. Esses 3% seriam repassados para o Distrito Federal, em função da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride). Caiado, entretanto, mostrou as consequências sociais da redução do montante para os goianos e, durante deliberação do conselho, conseguiu reverter o resultado da pauta em discussão, por seis votos a cinco. O desempate foi dado pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto.

Com a reviravolta no debate, Goiás e Mato Grosso voltaram a ter 33% dos recursos do FCO; Mato Grosso do Sul, 24%; e o Distrito Federal ficou com 10% e não com 13%, como estava previsto para 2020.

"Conseguimos mostrar que os Estados têm mais áreas de carências do que o DF. O FCO é muito importante para o setor produtivo, seja indústria, comércio. Temos que ter uma visão social da aplicação da verba", defendeu Caiado.

Único governador presente na reunião - os outros Estados e o Distrito Federal - mandaram representantes -, Ronaldo Caiado pediu a palavra logo no início do encontro. Ele falou sobre o objetivo dos Fundos Constitucionais, criados no final da década de 1980, para combater as desigualdades regionais, e destacou que o parâmetro balizador do fundo deve ser o Índice Multidimensional da Carência das Famílias (IMCF) e não somente a quantidade de projetos executados.

Ao apresentar seus argumentos para recuperar 1% do recurso que estava sendo perdido, o que equivale a R$ 71, 2 milhões, o governador fez várias comparações. Uma delas diz respeito à proporção entre o número de habitantes do DF e de Goiás (3 milhões X 7 milhões) e o orçamento que cada ente tem na área da Saúde (R$ 8,2 bilhões X R$ 2,3 bilhões).



Reunião, do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste

"O presidente Jair Bolsonaro já mostrou que não coaduna com o pensamento de ilhas de prosperidade e continentes de desigualdades. A forma de pensarmos diferente, aqui no conselho também, tem que ser agora".

Após a exposição, o governador pediu que a votação fosse nominal. O vice-governador do Mato Grosso foi o primeiro a acompanhar o voto de Caiado. Os representantes do Ministério da Agricultura e de Ciência e Tecnologia no Condel/Sudeco também hipotecaram apoio à proposta do governador goiano. Com o placar empatado em 5 a 5, conforme regulamento do conselho, coube ao titular do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) dar o voto de minerva.

"A reunião de hoje trouxe em si um conhecimento adicional. A política nacional de desenvolvimento regional tem, na sua essência, o propósito de beneficiar aqueles que não tiveram oportunidades. O governo do presidente Jair Bolsonaro está fazendo diferente, apostando naqueles que não tiveram voz. Por isso, meu voto é para devolver esses 1% a cada um dos Estados", assinalou Canuto.

DIÁRIO DA MANHÃ (04/12)

# MPF é aliado do Governo de Goiás no impasse com a Enel

**Helton Lenine**

Depois de receber uma representação do governador Ronaldo Caiado contra a empresa de energia elétrica Enel, e de ouvir atentamente o relato do chefe do Executivo goiano, o procura-dor-geral da República, Augusto Aras, externou o apoio do Ministério Público Federal à demanda apresentada e assegurou que dará encaminhamento administrativo e judicial à pauta. "O serviço de energia elétrica é algo essencial à população. Governador, o senhor tem nosso apoio; enten-demos que não pode haver estagnação econômica e social por causa de um serviço mal presta-do", disse.

Acompanhado da procuradora-geral do Estado, Juliana Diniz, Caiado listou ao chefe da PGR todas as tentativas de conciliação e negociação com os diretores da empresa italiana. Apenas encon-tros formais foram 14. "Chegamos a formatar um termo de compromisso, que foi assinado em agosto, inclusive com a participação de representantes do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Câmara Federal e da Assembleia Legislativa. E nada foi cumprido", atestou Caiado.

De acordo com o governador, o procurador Augusto Aras anunciou quatro medidas para resolver a crise energética em Goiás: envio da representação contra a Enel ao Ministério Público Estadual para a instauração de uma ação civil pública; ofício à Aneel para reforçar a fiscalização em relação ao serviço prestado pela empresa italiana; além de encaminhamento da pauta para a 3ª Vara do MPF (da Ordem Econômica) e para a Advocacia Geral da União. "Vamos procurar todas as saídas técnicas e viáveis possíveis", confirmou Augusto Aras a Caiado.



Ronaldo Caiado e Augusto Aras: melhores serviços da Enel

**DOCUMENTAÇÃO**

Na representação entregue pelo governador ao procurador-geral da República, constam os di-versos prejuízos causados pela Enel ao longo de 2019. O governador informou que a empresa, no ranking da própria agência de regulação nacional, está em último lugar. A procuradora-geral do Estado acrescentou que a Saneado, em notificação, atestou que diversas unidades operacionais de abastecimento de água e dos sistemas de esgotamento sanitário tiveram faltas de energia, prejudicando a distribuição de água e extravasando esgoto.

Ainda segundo o documento, "as manutenções pela concessionária de energia não estão sendo realizadas de forma imediata, e demoraram às vezes 24 horas ou mais para serem restabeleci-das".

Juliana Diniz também pontuou que, no início do segundo semestre de 2019, após fiscalização da Agência Goiana de Regulação (AGR), a Enel foi multada em R$ 62 milhões, maior penalidade apli-cada pela Anel à uma concessionária.

Um relatório da AGR ainda mostrou que 33 conjuntos de distribuição de energia elétrica, dos 156 existentes, estão acima de três vezes do limite de tempo máximo de indisponibilidade do forne-cimento de energia elétrica recomendado pela Aneel.

"São 7 milhões de goianos que estão sendo penalizados pela ineficiência de uma empresa italia-na. Consumidores, empresas, hospitais, produtores rurais, todos prejudicados. Não há como continuar com essa situação", finalizou Caiado.

O HOJE (04/12)

# Caiado busca R$ 58 bi para os Estados

**Recursos em questão se referem à Lei Kandir. Encontro foi convocado pelo ministro Gilmar Mendes, que é relator de ação na Suprema Corte sobre o tema**

**Leandro de Castro**



Caiado: "Se há a possibilidade de fecharmos acordo em R$ 58 bilhões, podendo chegar a R$ 65 bilhões, não há porque postergarmos"

O governador Ronaldo Caiado defendeu nesta terça-feira (03) o pagamento dos recursos devidos pela União aos Estados exportadores. Para Caiado, após firmar o acordo de pagamento, o Congresso Nacional poderá decidir sobre outras questões, como amortizações, coeficientes, reforma tributária, entre outras.

"Precisamos tratar aqui no Supremo Tribunal Federal aquilo que temos prerrogativa de debater, que é o valor do ressarcimento pela desoneração do ICMS pela Lei Kandir. Se há a possibilidade de fecharmos acordo em R$ 58 bilhões, podendo chegar a R$ 65 bilhões, não há porque postergarmos a decisão", afirmou o democrata durante audiência realizada no Supremo Tribunal Federal (STF).

O encontro foi convocado pelo ministro Gilmar Mendes, que é relator de ação na Suprema Corte sobre o tema. Conforme a Lei Kandir, a União deveria compensar as unidades da federação pelo ICMS que deixa de arrecadar com a desoneração das exportações de produtos primários e semi-elaborados. No entanto, no início de 2019 o ministro decidiu que o Congresso Nacional teria mais um ano para aprovar a metodologia de cálculo que definiria o montante devido pelo governo federal aos estados.

O assunto é antigo e raramente conta com uma decisão. Em 2016 foi determinado o prazo de um ano para a implantação do cálculo. O período finalizou sem acordos em torno do projeto de lei. À época, a União queria pagar R$ 3,9 bilhões, mas os estados rejeitaram a proposta e pediram R$ 39 bilhões. Agora, o embate voltou a tratar do valor devido de anos anteriores. De acordo com o governador do Pará, Hélder Barbalho, a União deve, no total, R$ 705 bilhões aos estados, corrigidos, mas se propõe a pagar apenas 8%, o equivalente a R$ 58 bilhões. Além disso, existem mais R$ 4 bilhões referentes a 2019, e outros R$ 3,6 bilhões relativos à PEC Mais Brasil.

> *O que estamos vendo é cada vez mais o Estado ter suas estradas destruídas, ver seus produtos saindo e ficar como consequência para nós um déficit enorme na saúde, na educação, na segurança, na infraestrutura*

"O que estamos vendo é cada vez mais o Estado ter suas estradas destruídas, ver seus produtos saindo e ficar como consequência para nós um déficit enorme na saúde, na educação, na segurança, na infraestrutura. Vamos arrecadar de quê? Qual será nossa fonte de arrecadação?", questionou Ronaldo Caiado. A reunião continua ao longo do dia. O governador retornou para Goiânia, enquanto a procuradora-geral do Estado de Goiás, Juliana Diniz, e a secretária de Economia de Goiás, Cristiane Schmidt, continuam acompanhando as discussões no Supremo. **(Especial para O Hoje)**

O HOJE (04/12)

# Enel some das reuniões da Alego

## Companhia, que antes acompanhava sessões, deixou de enviar representantes após embate com deputados

**Venceslau Pimentel**



A ausência vem sendo registrada desde o último dia 26, quando a direção da empresa enviou notificações extrajudiciais

As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Enel não contam mais com representantes da empresa italiana, responsável pela distribuição de energia elétrica no Estado.

A ausência vem sendo registrada desde o último dia 26, quando a direção da empresa enviou notificação extrajudicial ao presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), e o deputado Bruno Peixoto (MDB), líder do Governo, aviando que seriam responsabilizados por eventuais prejuízos, por conta do projeto de lei que prevê a encampação da companhia pelo governo.

Lissauer e Peixoto são os autores da propositura que tramita na Alego desde o dia 20 de novembro. Ele prevê a rescisão do contrato de concessão para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, e que passa a ser de responsabilidade da empresa estatal Celg Geração e Transmissão S/A (Celg GT), até que haja uma nova licitação.

Na audiência pública realizada ontem, em Mineiros, dois representantes da Enel chegaram a registrar presença, mas se negaram a participar da reunião. Relator da Comissão, o deputado Cairo Salim (Pros) disse não saber o motivo, mas opinou sobre o assunto. Não sei o que aconteceu, se ficaram com medo da quantidade de pessoas e reclamações que iriam encontrar".

A Enel vinha sendo representada por Lúcio Flávio, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás, que tem feito a defesa da companhia. O teor da notificação é atribuído a ele, que não participou da audiência em Mineiros, assim como em Ipameri e Cristalina. Flávio já foi convocado a depor.

Cairo Salim registrou ainda, em Mineiros, que o diretor de relacionamento institucional da empresa, José Nunes, se furtou de depor à CPI, oitiva marcada para o dia 28 de novembro, após ter conseguido liminar expedida pelo Tribunal de Justiça. Nunes alegou que não é obrigado a criar provas contra si mesmo e disse ser constrangido pelos membros da Comissão.

Ontem, o presidente da CPI, Henrique Arantes (MDB) e o relator, Cairo Salim, divulgaram nota de repúdio sobre a ausência de representantes da Enel nas reuniões. Nela, informam que já foram realizadas 25 audiências públicas em parceria com as Câmaras Municipais de todo o Estado de Goiás, sendo destinados dois acentos na mesa diretiva dos trabalhos, um para o advogado e outro para o representante da área técnica da empresa. "Justamente para que a Enel possa debater em alto nível com os goianos e dar respostas às demandas apresentadas".

A nota diz lamentar o fato de a empresa ter enviado representantes a Mineiros, mas que depois abandonaram o local, sem qualquer explicação. "É falaciosa a afirmação de que diretores, advogados, funcionários e/ou quaisquer representantes da Enel foram ou estão sendo constrangidos nas reuniões e audiências públicas da CPI", contesta a nota. "É da mesma forma falaciosa a afirmação de ameaças à integridade física, mesmo porque, a eles também é garantido, caso queiram, o acompanhamento pessoal de agentes da Polícia Legislativa durante as sessões da Comissão".

O presidente e o relator da Comissão asseguram que, em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa, continuará destinando o espaço para que a empresa compareça às reuniões e audiências, que são públicas e abertas a todos os interessados.

Por fim, a nota diz que também lamenta "a mudança de conduta da empresa que, ao invés de contribuir com os trabalhos e responder aos questionamentos que são propostos, prefere agir com desrespeito para com o Parlamento e o povo goiano, consequente e diretamente".

### Demandas

Na última segunda-feira, o governador Ronaldo Caiado (DEM) se reuniu com o procurador-geral da República, Augusto Aras, para pedir o empenho do órgão na questão envolvendo a Enel. De acordo com ele, Aras teria externado que o Ministério Público Federal daria atenção à demanda e que daria encaminhamento administrativo e judicial à pauta.

"O serviço de energia elétrica é algo essencial à população. Governador, o senhor tem nosso apoio; entendemos que não pode haver estagnação econômica e social por causa de um serviço mal prestado", disse. Ao procurador, Caiado relatou as tentativas de conciliação e negociação com os diretores da empresa. Nem mesmo termos de compromissos foram cumpridos, segundo o governador.

Como medidas, o procurador teria comunicado ações, como o envio da representação contra a Enel ao Ministério Público Estadual, no sentido de que fosse instaurada uma ação civil pública, e pedir à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que reforçasse a fiscalização em Goiás. **(Especial para O Hoje)**

Incentivos Fiscais

# Minuta do ProGoiás deve ser apresentada a empresários no dia 10

dezembro 4, 2019 7:30 ··· Por Eduardo Pinheiro ···

**Na ocasião, Secretaria da Economia deve apresentar documento com principais pontos da nova proposta de modelo de incentivos fiscais**



A Secretaria de Economia deve repassar o projeto do Programa de Desenvolvimento de Goiás (ProGoiás) para o Fórum Empresarial em reunião a ser marcada no próximo dia 10 de dezembro. Na ocasião, a minuta com a proposta do novo modelo de concessão de benefícios fiscais será discutida com a presença dos empresários.

O repasse do projeto é uma demanda dos membros do Fórum. Eles alegam que já fizeram o pedido para ter o documento em mãos por diversas vezes junto à secretaria para análise. Em setembro, a pasta apresentou ao setor empresarial um esboço com as propostas iniciais. Naquela reunião foi apresentada um PowerPoint, desde então não há novas informações oficiais sobre o assunto.

Em linhas gerais, o ProGoiás visa à substituição de outros planos de incentivo em funcionamento no Estado, como o Fomentar (criado em 1984), o Produzir (de 2000) e o Crédito Especial para Investimento (criado em 1999). O governo alega que busca segurança jurídica, reorganização da política de incentivos fiscais no Estado.

Uma das fragilidades apontadas pelo Governo é o grande número de decisões judiciais contrárias ao Estado para cumprimento imediato. Outra dificuldade seria a burocracia envolvendo os incentivos atuais, com demora na concessão, comprovação e auditoria e que geraria onerosidade, morosidade e insegurança jurídica.

OPÇÃO(03/12)

Em Brasília

# Após reunião em Brasília, Caiado garante acesso a R$ 71 mi do FCO para 2020

dezembro 3, 2019 12:22 ··· Por Felipe Cardoso ···

**Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul conseguiram manter recursos que seriam destinados ao Distrito Federal**



Em reunião realizada na última segunda-feira, 2,  pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Conselho/Sudeco), em Brasília, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM) recuperou R$ 71 milhões do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) para o ano de 2020.

De acordo com a proposta apresentada pelo Banco do Brasil, no ano que vem, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul perderiam 1% de suas verbas. Os 3%, por sua vez, seriam repassados ao Distrito Federal (DF), em função da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride).

Caiado, entretanto, apresentou aos presentes as consequências sociais acarretadas pela redução do montante. Por fim, durante a deliberação do Conselho, a decisão foi revertida por seis votos a cinco. O desempate foi dado pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto.

Com a reviravolta no debate, Goiás e Mato Grosso voltaram a ter 33% dos recursos do FCO; Mato Grosso do Sul, 24%; e o Distrito Federal ficou com 10% e não com 13% inicialmente previstos.

“Conseguimos mostrar que os Estados têm mais áreas de carências do que o DF. O FCO é muito importante para o setor produtivo, seja indústria ou comércio. Temos que ter uma visão social da aplicação da verba”, defendeu o governador.

Ao apresentar seus argumentos para recuperar parte do recurso que seria destinado ao DF —equivale a R$ 71, 2 milhões — o governador fez algumas comparações. Uma delas diz respeito à proporção entre o número de habitantes do DF — 3 milhões — e de Goiás — 7 milhões — bem como o orçamento que cada ente possui na área da Saúde, por exemplo: R$ 8,2 bilhões e R$ 2,3 bilhões, respectivamente.

“O presidente Jair Bolsonaro já mostrou que não coaduna com o pensamento de ilhas de prosperidade e continentes de desigualdades. A forma de pensarmos diferente, aqui no conselho também, tem que ser agora”, completou o democrata.

Após a exposição, o governador pediu que a votação fosse nominal. O vice-governador do Mato Grosso foi o primeiro a acompanhar o voto de Caiado. Os representantes do Ministério da Agricultura e de Ciência e Tecnologia no Condel/Sudeco também hipotecaram apoio à proposta do governador goiano. Com o placar empatado em 5 a 5, conforme regulamento do conselho, coube ao titular do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) dar o voto de minerva.

“A reunião de hoje trouxe em si um conhecimento adicional. A política nacional de desenvolvimento regional tem, na sua essência, o propósito de beneficiar aqueles que não tiveram oportunidades. O governo do presidente Jair Bolsonaro está fazendo diferente, apostando naqueles que não tiveram voz. Por isso, meu voto é para devolver esses 1% a cada um dos Estados”, pontuou.

Depois da reunião da Sudeco, o governador esteve com o presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Patrício e do Parnaíba (Codevasf), Marcelo Andrade. Caiado anunciou que será inaugurado um escritório da companhia em Goiânia, na sede da Secretaria Estadual de Agricultura, no próximo dia 17 de dezembro. “Teremos mais celeridade para implantar as obras necessárias em nosso Estado, depois que a verba for aprovada pelo governo federal”, informou Caiado.

Orientada por vocações locais, a Codevasf contribui para a melhoria de vida e desenvolvimento socioeconômico, por meio da execução direta ou de parcerias, de ações relacionadas principalmente ao desenvolvimento da agricultura irrigada, revitalização de bacias hidrográficas, estruturação de atividades produtivas e oferta de água para garantia da segurança hídrica.